

O Boletim Económico é uma publicação do portal www.esquerda.net e tem como objectivo informar e discutir temas de economia e sociedade.

Para qualquer informação: Gustavo Sugahara (tel. 213 919 307) ou mail economia@esquerda.net

SUMÁRIO EXECUTIVO:

POR QUE OS ALIMENTOS ESTÃO A FICAR MAIS CAROS?

- Na União Europeia o índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) registou um aumento anual recorde nos alimentos entre Março e Maio de 2008
- Escalada no preço dos combustíveis.
- Fracos resultados de safras nos países que detêm importante parcela de produtos agrícolas transaccionados no mercado internacional.
- Aumento do uso de bio-combustíveis
- Alteração no padrão de consumo nos países emergentes
- Especulação nos mercados futuros

OS CONDICIONANTES E AS OPÇÕES:

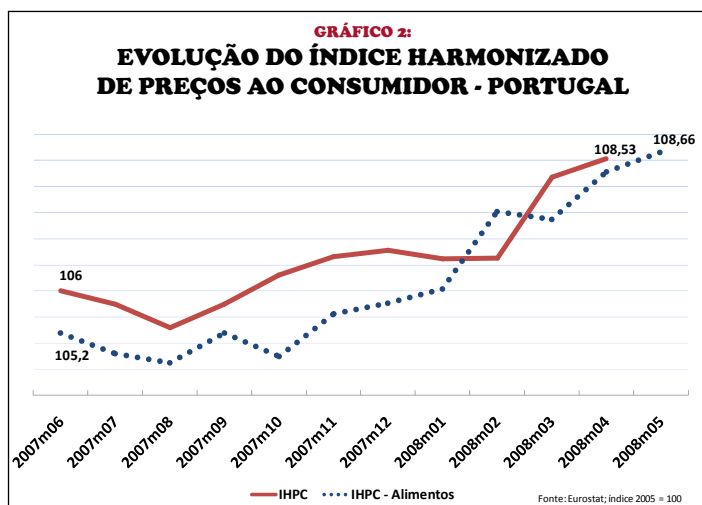
- Política Agrícola Comum tem sistematicamente privilegiando os estados e os produtores mais ricos
- A aposta no mercado externo e a obsessão cega pela redução no deficit

ALTERNATIVAS...

- O aprofundar das políticas de desregulamentação vai directamente na contra-mão de uma lógica que vise assegurar o direito à alimentação e princípios de segurança alimentar
- Diminuições nas tarifas alfandegárias recuperam de forma oportunista o mesmo argumento utilizado anos antes quando os preços dos alimentos registavam fortes quedas
- Renegociar a PAC e recuperar Investimentos Públicos

MAIS NOTÍCIAS NESTE BOLETIM

- Famílias Aumentam endividamento (Relatório Estabilidade Financeira)
- CES critica GOP'09
- Ainda a Crise: Perdas já ultrapassam os 600 mil milhões de euros



POR QUE OS ALIMENTOS ESTÃO A FICAR MAIS CAROS?

O aumento no preço dos alimentos tem trazido uma série de transtornos na escala global, chegando inclusive a gerar revoltas em alguns países. Na União Europeia o índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) registou um aumento anual recorde nos alimentos entre Março e Maio de 2008 (Gráfico 1). Em Portugal (Gráfico 2) a subida nos alimentos também tem afectado significativamente as famílias. Alimentos como o pão já observam forte redução no consumo.

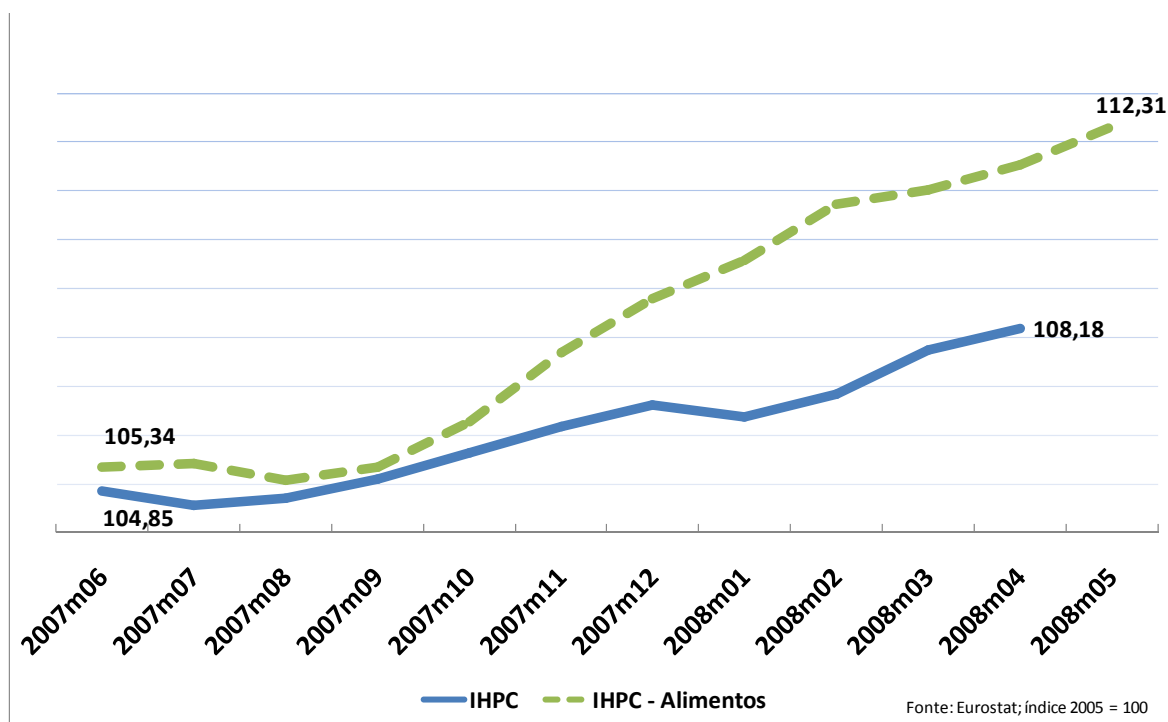
Se para algumas famílias o aumento de preços dos alimentos representa a diminuição na disponibilidade de recursos para outros fins, para outras significa directamente a fome. Tal facto agrava-se ao observarmos que nos últimos 12 meses a taxa média de inflação dos alimentos foi significativamente superior nos países mais pobres onde o peso dos alimentos no orçamento das famílias é maior. Tal efeito reproduz-se na União Europeia onde os consumidores portugueses têm uma parcela do seu rendimento empregue na alimentação superior ao de seus congéneres europeus.

O raciocínio mais básico para compreendermos as dinâmicas de preços no sector pode começar (e é mesmo apenas um começo) por distinguir os efeitos relacionados dos custos de produção, e da oferta e a procura.

De facto a escalada no preço dos combustíveis, cuja análise valeria um boletim exclusivo, é um bom ponto de partida. Como recurso fundamental em quase todas as etapas das diversas cadeias produtivas, das máquinas para trabalhar, ao transporte, é relativamente fácil perceber a forte ligação deste bem com os preços dos alimentos.

Acresce a habitual análise da oferta e da procura. Podemos referir três factores que consensualmente têm sido referidos para compreender a evolução dos preços dos alimentos: do ponto de vista da oferta, (i) os fracos resultados de safras advindos de um ano com condições climáticas adversas nos países que detêm importante parcela de produtos agrícolas transaccionados no mercado internacional. Na análise da procura podemos cabe referir, (ii) o aumento no uso dos chamados bio-combustíveis, desviando parte dos recursos que seriam destinados à alimentação e a sua forte relação com os preços do petróleo, (iii) a alteração no padrão de consumo observada em países emergentes, em parte explicada por processos re-

GRÁFICO 1:
EVOLUÇÃO DO ÍNDICE HARMONIZADO DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - UE/27



centes de crescimento económico e pela tendência à urbanização, também têm alterado positivamente a procura, seja pelo consumo directo, seja pelo consumo de novos géneros alimentícios, como a carne, que, para sua produção, requer uma quantidade significativa de cereais. A análise de oferta e procura deve ainda levar em conta outra variável importante, a variação nas reservas disponíveis, neste caso, as avaliações internacionais têm apontado uma retracção.

O passo seguinte na compreensão da dinâmica dos preços dos alimentos é lembrarmos que os produtos que fazem parte da nossa alimentação diária estão inseridos de forma bastante diferente no comércio internacional. Para se ter uma dimensão da integração de Portugal, as importações de alimentos e bebidas superam os 7.2 mil milhões de euros, 4% do PIB.

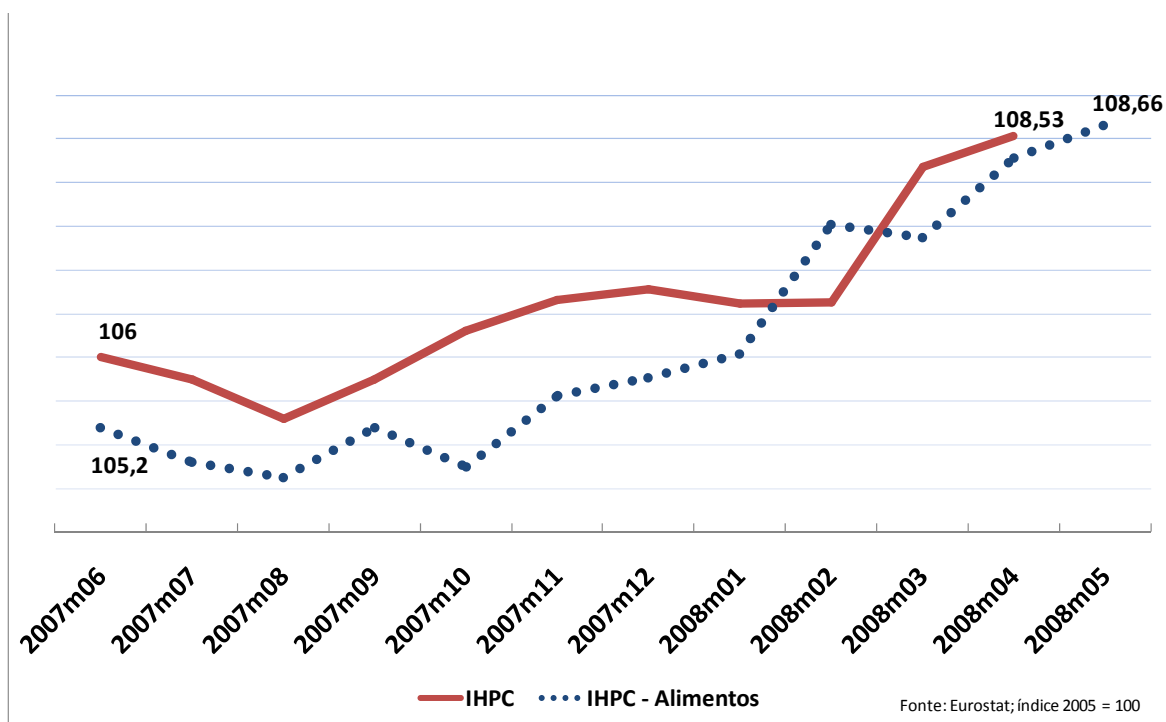
Produtos como soja, café, arroz, açúcar, milho e os cereais possuem variedades que são comercializadas em todo o mundo, as chamadas commodities, sendo o preço observado no mercado interno fortemente relacionado com as condições do mercado internacional.

A nossa análise sobre os preços termina com uma das causas menos debatidas, mas que tem tido forte influência sobre os aumentos: a especulação nos

mercados futuros. Embora aparentemente complexo o princípio deste instrumento é nada mais do que um contrato entre o produtor e o comprador, fixando o preço a ser pago pela mercadoria “no futuro”. Tal “acordo” possibilita que ambos tenham a garantia de condições de preço que viabilizem as suas actividades.

Este pequeno enredo passa a ganhar outros contornos quando estes contratos passam a circular para além destes dois agentes, e as diferenças entre os preços acordados e os observados nos mercados figurem grandes oportunidades de lucro. Com a crise financeira (ver boletim 1) muitos dos especuladores internacionais refugiaram-se em activos atrelados a produtos “físicos” e os crescentes ganhos neste sector acabaram por atrair cada vez mais especuladores. Com os preços futuros a aumentar de forma bastante brusca os o mercado acaba por reflectir parte destes aumentos no presente, antecipando as expectativas de valorização..

GRÁFICO 2:
EVOLUÇÃO DO ÍNDICE HARMONIZADO DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - PORTUGAL



FAMÍLIAS AUMENTAM ENDIVIDAMENTO

O último Relatório de Estabilidade Financeira publicado pelo Banco de Portugal trouxe um alerta preocupante sobre os impactos da crise na economia portuguesa.

O contínuo e crescente endividamento dos portugueses, mesmo face ao cenário de crise, pode gerar uma situação extrema de restrição ao consumo e ao investimento.

A preocupação, sintetizada na ideia de que as famílias devem às instituições financeiras mais do dobro do que ganham num ano, é sem dúvida merecedora de preocupações, mas deve ser relativizada. Basta lembrar que uma parcela significativa das dívidas referem-se à dívida com habitação, de longo prazo, o que é muito diferente de um endividamento puro de consumo de curto prazo.

Para os jovens até aos 30 anos, ou com rendimentos mensais mais baixos (até 500 euros), as dívidas representam uma proporção equivalente a 4 anos de rendimentos. Nestes casos, as prestações de pagamento representam mais de 50% do que ganham, enquanto para a média das famílias a "taxa de esforço" é de aproximadamente 30%.

Com parte significativa destes empréstimos atrelados à Euribor, é fácil prever o quão danosa é a subida dos juros para o orçamento familiar, muitos à beira da ruptura.

É importante lembrar que a ideia de que o endividamento é, em princípio, sempre mau também merece algumas notas. Em primeiro lugar, deve-se distinguir endividamento para o consumo e para o investimento, lembrando que os investimentos só podem ser realizados com recursos à poupança ou ao financiamento, e são fundamentais para o crescimento de qualquer economia. Sendo assim, o facto do sector bancário português continuar como um dos líderes europeus nos spreads, nada mais do que a diferença entre o custo em que tomam emprestado e o que cobram para emprestar, pouco contribui para a economia do país. A concentração de crédito nas grandes empresas (80% do saldo dos empréstimos atribuídos a 6% das empresas que obtiveram empréstimos da banca) e no sector especulativo também representam um grave entrave ao bom funcionamento da economia.

OS CONDICIONANTES E AS OPÇÕES:

Nos números anteriores do boletim procuramos questionar o discurso do fatalismo e da inércia. Mais uma vez, difunde-se a ideia de que pouco pode-se fazer para além de aprofundar o apertar dos cintos. Tal raciocínio esconde dois aspectos fundamentais, (i) a existência de políticas públicas que deveriam zelar pelo bom funcionamento da economia e (ii) o facto de que um grupo privilegiado, mais uma vez, permanecer alheio aos desafios colectivos, obtendo lucros extraordinários em meio à crise e a fome.

Em breves linhas devemos lembrar que um dos principais condicionantes da política agrícola em Portugal é a chamada Política Agrícola Comum, a famosa PAC. Com cerca de 42% do orçamento europeu (cerca de 1% do PIB Europeu) a PAC distribui os recursos para o apoio doméstico da agricultura. De forma ainda muito desigual entre e internamente aos países, a PAC tem sistematicamente privilegiando os estados e os produtores mais ricos. Define ainda as tarifas cobradas para a entrada de produtos de países não membros, mecanismos fundamentais para a discussão que enunciamos sobre o comércio internacional.

Por outro lado, e também através do Ministério da Agricultura, o governo dispõe de diversas ferramentas para zelar pela protecção, a qualidade e a segurança da produção agro-alimentar. Para além de um importante instrumento de desenvolvimento económico a política agrícola também é fundamental na estratégia de prevenção contra riscos de diversas origens tais como naturais, quebras de safra, fito-sanitários, etc.

A aposta no mercado externo e a obsessão cega pela redução no deficit também vêem aqui uma das consequências mais nefastas.

Neste sentido uma política agrícola comum que não vise a garantia dos princípios mínimos de segurança alimentar e a forte redução nos investimentos públicos do sector, principalmente no que se refere aos pequenos produtores, são os principais responsáveis pela vulnerabilidade que observamos. Basta olharmos para a pesca, um dos sectores flagrantemente negligenciados, facto inclusive já condenado pelo CES no novo documento do GOP (ver caixa em baixo).

CES CRITICA GOP 2009

As Principais Linhas de Acção das Grandes Opções do Plano para 2009 (GOP), que devem acompanhar o próximo orçamento do estado, receberam, mais uma vez, fortes críticas do Conselho Económico e Social (CES).

Segundo o CES, o documento, que idealmente seria a referência estratégica para a actuação do governo e mobilizador da sociedade, continua a ser elaborado, "de forma apressada, deficientemente siste-

matizada e insuficientemente integrada, não se afastando muito de um repositório de documentos sectoriais reunidos e enviados ao CES, como que para cumprimento de simples formalidade".

O parecer do CES destaca ainda a insuficiência de informações referentes ao investimento público, principal instrumento do governo para enfrentar o actual momento de crise internacional.

Sem a análise das principais ameaças que

pairam sobre a economia portuguesa e do esperado impacto que os investimentos teriam seriam fundamentais para uma revisão dos objectivos de inflação e crescimento, já datados e pouco credíveis na actual conjuntura.

Para o CES, o combate ao desemprego deveria figurar como um dos objectivos nucleares e é taxativo ao classificar as previsões de melhoria avançadas pelo GOP como pouco realistas.

ALTERNATIVAS:

A fome é um dos problemas que escancara as limitações de uma pretensão lógica racional e puramente técnica. Havendo produção de alimentos no mundo suficiente para que a fome fosse efectivamente erradicada, é inaceitável a ideia de que este direito fundamental seja dependente dos pretensos ajustamentos de mercado.

As condições enunciadas neste boletim não nos indicam boas perspectivas em relação ao preço dos alimentos. Instituições como a FAO, o Banco Mundial e a OCDE apostam na permanência da situação de preços elevados.

Neste cenário, as medidas recentes de repetir a dose e aprofundar políticas de desregulamentação vão directamente na contra-mão de uma lógica que vise assegurar o direito à alimentação e princípios de segurança alimentar.

As reivindicações por reduções nas tarifas alfandegárias recuperam de forma oportunista o mesmo argumento utilizado anos antes quando os preços dos alimentos registavam fortes quedas, em 2006 o próprio Banco Mundial chegou a estimar que o preço dos produtos agrícolas poderia aumentar entre 2 e 20% face à total remoção das barreiras comerciais. O duvidoso argumento de que a diminuição das barreiras comerciais tem reduzido as desigualdades entre os países nunca é acompanhado de um olhar para os efeitos na distribuição interna dos mesmos.

O esforço para salvar a ronda de negociações vigente na Organização Mundial do Comércio, não parece estar em sintonia com a recém aprovada Lei Agrícola Americana (a Farm Bill). O principal promotor do Livre Comércio não abdica dos subsídios aos seus produtores.

As fragilidades expostas nesta crise evidenciam a necessidade de regular a especulação no mercado financeiro: a introdução de uma tarifa global que limite à especulação é uma das alternativas mais discutidas em alguns campos da economia.

Como vimos, a PAC representa parte significativa do diminuto orçamento europeu e sendo assim era vital uma negociação mais equilibrada destes recursos. Mais do que nunca é o investimento público, voltado para os sectores mais vulneráveis e estratégicos, o único capaz de assegurar o desenvolvimento da economia.



Foto shaun wong/Flickr

AINDA A CRISE: PERDAS JÁ ULTRAPASSAM OS 600 MIL MILHÕES DE EUROS

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), as perdas com a crise no mercado imobiliário dos EUA (ver BE #1) já ultrapassam os 600 mil milhões de euros. As poucas tentativas de escamotear o problema e suas graves consequências para a chamada economia real duraram pouco. Este "compasso de espera" pode ser atribuído ao facto dos resultados das empresas, bancos e instituições, não seguirem um calendário homogéneo para a divulgação oficial dos seus resultados. O mesmo se passa com os indicadores da chamada "economia real", emprego, crescimento económico, comércio, etc. Para além dos activos directamente relacionados ao mercado imobiliário nos Estados Unidos, e os diversos sub-produtos daí derivados, a repercussão sob a restante economia passa ser um pouco mais nebulosa, bem como os seus efeitos directos.

Longe de ser debelada, a crise económica internacional desencadeada no início do ano expôs novamente a fragilidade dos mercados financeiros e uma série de ilícitos que até então estavam camuflados pelos resultados positivos auferidos. A "amaldiçoada" intervenção pública foi amplamente utilizada em nível internacional, nacionalização de bancos, injeção directa de recursos no sistema financeiro, redução brusca na taxa de juros de referência nos Estados Unidos, etc.

A obsessão monetarista do Banco Central Europeu pode vir a agravar a crise e, diante de uma inflação de forte cunho especulativo, ainda prega o mesmo discurso.

Em Portugal a "lógica" do ciclo político deveria trazer o bem-vindo investimento público, mas as opções anunciadas e excessivamente concentradas nas auto-estradas trás pouco alento numa perspectiva desenvolvimentista e capaz de vencer a crise.